


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **4000374-45.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 15/07/2014 15:07:15 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**MARIA LUIZA FORMENTON** alega que alguém, fraudulentamente, celebrou em seu nome dois contratos com a ré **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, referente a duas linhas telefônicas, não sendo as contas pagas, o que motivou a sua negativação em órgãos restritivos, fato que gerou abalo à sua honra objetiva, motivo pelo qual move a presente ação almejando a exclusão da negativação e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

A ré, após citada, apresentou contestação (fls. 40/59) alegando inépcia da inicial e, no mérito, sustentando que tomou precauções para contratar, assim como no caso em tela não é responsável por fraude praticada por terceiro, e, no mais, negando a ocorrência de dano moral indenizável.

Aos autos veio ofício (fls. 118/119).

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, aproveitadas e invocadas, também, as regras de experiência (art. 335, CPC).

A inicial não é inepta, pois os requisitos do art. 282 c/c art. 295, parágrafo único, ambos do CPC, restam plenamente atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo às partes rés, cujo direito de defesa pode e foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade (art. 244 c/c art. 249, § 1º, ambos do CPC).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Ingressa-se no mérito.

Os pedidos de exclusão das negativas e condenatório de indenização por danos morais devem ser acolhidos.

É incontroverso (leia-se a contestação) – art. 334, III, CPC - que o contrato foi efetuado por terceiro que, valendo-se do nome da autora, celebrou a avença.

Se não bastasse, a ré não trouxe prova alguma da contratação através da qual possa o juízo examinar a existência de elementos indicando que tenha sido a autora – e não terceiro estelionatário – quem contratou. Arcará com o ônus de sua omissão.

A ré é responsável, e sua responsabilidade é objetiva (art. 14, caput, CDC), sendo que não comprovou a culpa exclusiva do autor da fraude (art. 14, § 3º, II, CDC), já que concorreu para a causação do dano ao contratar sem certificação de com quem contrata, assumindo os riscos inerentes (fortuito interno). A assunção do risco constituiu o próprio fundamento de sua responsabilização civil.

À guisa de conclusão, temos que a dívida não existe, procedendo o pedido de exclusão das negativas, e que o abalo moral à honra objetiva do autor, pela negativação, é presumido, procedendo também o respectivo pedido indenizatório.

A existência de dívidas pretéritas que tivessem o condão de afastar os danos morais (Súm. 385, STJ) não se verifica no caso, pois às 118/119 vemos que contra a autora pesam apenas as negativas promovidas pela ré.

A indenização é arbitrada segundo o prudente arbítrio do julgador, em conformidade com critérios de razoabilidade e proporcionalidade, almejando a justa compensação pelos transtornos causados, tendo em conta a condição econômica do autor do dano, visando a não repetição de ilícitos por parte do demandado, evitando-se ademais o enriquecimento sem causa.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Atento a tais parâmetros, arbitro-a em R\$ 5.000,00, para o que considero - no intuito de reduzi-la - a menor medida da culpabilidade da ré tendo em conta que a contratação deu-se a partir de fraude praticada por terceiro.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e: **EXCLUO** definitivamente as negativas promovidas pela ré (Telefônica/Vivo); **CONDENO** a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, com atualização monetária desde a presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a data das negativas (junho/2013); **CONDENO** a ré nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor da condenação.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 24 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**